

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CC JOSEAN ALVES PINHEIRO

A ESTRATÉGIA NACIONAL DE DEFESA E O INCENTIVO À INDÚSTRIA
NACIONAL: contribuições para o Reaparelhamento da Marinha do Brasil

Rio de Janeiro

2009

CC JOSEAN ALVES PINHEIRO

A ESTRATÉGIA NACIONAL DE DEFESA E O INCENTIVO À INDÚSTRIA
NACIONAL: contribuições para o Reparelhamento da Marinha do Brasil

Monografia apresentada à Escola de Guerra
Naval como requisito parcial para a conclusão
do Curso de Estado-Maior para Oficiais
Superiores.

Orientadora: Dra. Ana Cristina Reif

Rio de Janeiro
Escola de Guerra Naval
2009

RESUMO

Este trabalho examina os possíveis impactos das diretrizes de incentivo ao desenvolvimento da indústria de defesa brasileira, propostas pela Estratégia Nacional de Defesa, dentro da conjuntura econômica atual, que influenciarão o processo de reaparelhamento da Marinha do Brasil, contribuindo, assim, para sua preparação e para o processo de mudanças que ora se inicia com a maturação do pensamento de defesa no Brasil. Começa-se por um breve histórico da indústria de defesa brasileira e da indústria naval, apresentando os períodos de altos e baixos pelos quais passaram, as dificuldades e as perspectivas para este início de século, bem como as necessidades apontadas para a retomada do seu crescimento. Em continuidade, são identificadas, na Estratégia Nacional de Defesa, as medidas de incentivos à Indústria Brasileira de Material de Defesa e as diretrizes para a reorganização da Marinha do Brasil. Faz-se, também, um rápido exame da conjuntura econômica nacional atual e dos planos de reaparelhamento da Marinha, enfocando as perspectivas para o seu cumprimento. Como resultado, verifica-se que a indústria de defesa será capaz de atender a demanda para o reaparelhamento e redimensionamento da Marinha do Brasil, mas é preciso que as medidas de incentivo à indústria, previstas na Estratégia Nacional de Defesa, sejam implementadas, principalmente aquelas que propiciem a garantia de escala, a continuidade das aquisições, o desenvolvimento de projetos e a competitividade do material de emprego militar nacional com relação ao estrangeiro.

Palavras-chave: Conjuntura Econômica; Estratégia Nacional de Defesa; Programa de Reaparelhamento da Marinha; Plano de Equipamento e Articulação da Marinha do Brasil; Indústria Brasileira de Material de Defesa; Indústria Naval.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABIMDE -	Associação Brasileira das Indústrias de Defesa
AIAB -	Associação das Indústrias Aeroespaciais do Brasil
AMRJ -	Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro
BC -	Banco Central
BID -	Base Industrial de Defesa
BNDES -	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
COMDEFESA -	Comitê da Cadeia Produtiva da Indústria de Defesa
CPN -	Centro de Projetos de Navios
E&P -	Exploração e Produção
EMBRAER -	Empresa Brasileira de Aeronáutica
EMGEPRON -	Empresa Gerencial de Projetos Navais
END -	Estratégia Nacional Defesa...
ENGESA -	Engenheiros Especializados S.A
ESG -	Escola Superior de Guerra
EUA -	Estados Unidos da América
FAB -	Força Aérea Brasileira
FFAA -	Forças Armadas
FIESP -	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
GPMI -	Grupo Permanente de Mobilização Industrial
HELIBRAS -	Helicópteros do Brasil S.A.
IBMD -	Indústria Brasileira de Material de Defesa
IMBEL -	Indústria de Material Bélico do Brasil
IME -	Instituto Militar de Engenharia
INACE -	Indústria Naval do Ceará
INMD -	Indústria Nacional de Material de Defesa
IPE -	Instituto de Projetos Especiais
IPEA -	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPqM -	Instituto de Pesquisa da Marinha
ITA -	Instituto Tecnológico da Aeronáutica
LAAD -	Latin America Aero and Defence
MB -	Marinha do Brasil

MD -	Ministério da Defesa
MEM -	Material de Emprego Militar
NAe -	Navio Aeródromo
NAPLog -	Navio de Apoio Logístico
NPa -	Navio-Patrolha
ONU -	Organização das Nações Unidas
P&D -	Pesquisa e Desenvolvimento
P, D&I -	Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação
P&G -	Petróleo e Gás
PDP -	Política de Desenvolvimento produtivo
PEAMB -	Plano de Equipamento e Articulação da Marinha do Brasil
PRM -	Programa de Reparilhamento da Marinha
PROME -	Programa de Renovação e Expansão da Frota
RAN -	Requisitos de Alto Nível
SBR -	Submarino Convencional Brasileiro
SINDE -	Sindicato Nacional da Indústria de Material de Defesa
SNBR -	Submarino de Propulsão Nuclear Brasileiro

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	6
2	A INDÚSTRIA NACIONAL DE DEFESA	9
2.1	Um breve histórico e a situação atual da indústria de defesa	9
2.2	A Indústria Naval	12
2.3	Medidas de incentivo ao crescimento da Indústria de Defesa	14
3	A ESTRATÉGIA NACIONAL DE DEFESA	17
3.1	Os incentivos para a Indústria de Material de Defesa	17
3.2	As perspectivas apresentadas para a Marinha do Brasil	19
4	O REAPARELHAMENTO DA MARINHA	21
4.1	Do Programa de Reparelhamento ao Plano de Equipamento e Articulação da Marinha do Brasil	21
4.2	A conjuntura econômica e o reaparelhamento da Marinha	23
5	CONCLUSÃO	27
	REFERÊNCIAS	29
	APÊNDICE A – ENTREVISTAS COM OFICIAIS DO PRM	32

1 INTRODUÇÃO

É de responsabilidade do Estado entregar à sociedade uma Força Armada preparada e capaz de garantir a defesa do país:

[...] Toda nação tem direito de dissuadir o agressor, repeli-lo, se preciso for com o uso da sua Força Armada, tendo o governo o dever de prepará-la para isso moral e materialmente. Este pressuposto que seguramente é consensual obriga os países a despendere recursos para aprestar sua Força Armada e, eventualmente, caso a sociedade assim o deseje, a implantar uma indústria de defesa. Dado seu objetivo precípua – a defesa do país – ela não terá porque apresentar qualquer outro benefício para seus cidadãos. (DAGNINO; CAMPOS FILHO, 2007, p. 192).

Neste sentido, foi aprovado em 18 de dezembro de 2008, por meio do Decreto nº 6.703, a Estratégia Nacional de Defesa (END), em que o Brasil tornou ostensivas as “questões políticas e institucionais decisivas para a defesa do País, como os objetivos da sua ‘grande estratégia’ e os meios para fazer com que a Nação participe da defesa” (BRASIL, 2008b, p. 9).

A END organiza-se em três eixos estruturantes: 1) organização e orientação das Forças Armadas para melhor desempenharem sua destinação constitucional e suas atribuições na paz e na guerra; 2) reorganização da indústria nacional de material de defesa (INMD), de modo que as necessidades de equipamento das Forças Armadas sejam atendidas por materiais baseados em tecnologias sob domínio nacional; e 3) composição dos efetivos das Forças Armadas contemplando o futuro do Serviço Militar Obrigatório (BRASIL, 2008b, p. 10).

Em seu primeiro eixo estruturante, a END enumera diretrizes estratégicas para cada força e as relações que devem ter entre si. Também são apontadas as maneiras a se seguirem para transformar tais procedimentos em práticas e capacitações operacionais e as hipóteses de emprego das Forças, permitindo dar um foco mais preciso às diretrizes estratégicas. Para tanto, são apresentadas, além do reposicionamento dos efetivos dentro do território nacional, a orientação para o aparelhamento e a forma como ele deve ocorrer.

Tendo em vista a expectativa da Marinha do Brasil (MB) em readquirir e expandir suas capacidades combatentes, principalmente pela recomposição da sua frota, foi apresentado, no final do mês de junho de 2009, o Plano de Equipamento e Articulação da Marinha do Brasil (PEAMB), em que são expostas, de forma detalhada, as necessidades para se atingir as metas e as prioridades estabelecidas pela END. Figuram, neste plano, além do incremento de pessoal, as aquisições de meios e a criação de órgãos de apoio.

No cenário nacional, as empresas componentes de Base Industrial de Defesa¹ (BID) vêm passando por grandes dificuldades. Segundo Carvalho² (2007, *apud* LANGE, 2007), essas dificuldades são decorrentes, em grande parte, da falta de conscientização das autoridades governamentais em relação ao setor e aos reduzidos e, por vezes, contingenciados recursos para o reaparelhamento das Forças Armadas (FFAA). Esses recursos foram sendo reduzidos ano após ano, diminuindo as capacidades de aquisições de novos equipamentos que, quando adquiridos, são diminutas e realizadas no exterior, em detrimento das empresas brasileiras.

Consciente do cenário atual e acreditando na capacidade da indústria nacional de material de defesa, o governo brasileiro, ao aprovar a END, apresentou, em seu segundo eixo estruturante, diretrizes, visando principalmente: reorganizar e desenvolver o setor; estabelecer um regime legal, regulatório e tributário especial; criar um componente estatal no setor, de modo a produzir, de maneira rentável, o que o setor privado não puder projetar e fabricar a curto e médio prazo; coordenar a pesquisa avançada em tecnologias de defesa nos Institutos de Pesquisa das Forças Armadas Brasileiras; incentivar o Estado a conquistar clientela estrangeira; e priorizar a política de formação de recursos humanos destinada ao setor de defesa, em especial aos setores espacial, cibernético e nuclear.

Este trabalho, por meio de pesquisa bibliográfica, documental e pela experiência do autor como oficial da Marinha, visa examinar os possíveis impactos da Estratégia Nacional de Defesa sobre o desenvolvimento da Indústria de Defesa Brasileira e sobre o processo de reaparelhamento da Marinha, dentro da conjuntura econômica atual.

O tema reveste-se de relevância por ser atual, ainda sujeito a críticas e reflexões, por envolver diversos setores da Marinha do Brasil e influenciar diretamente o destino da Força. Visa-se, assim, contribuir para a preparação da Marinha para o processo de mudanças que há de advir com a maturação do pensamento de defesa no Brasil.

Esta monografia foi desenvolvida em cinco capítulos, a começar por esta introdução. No segundo capítulo apresenta-se um breve histórico da indústria de defesa brasileira e da indústria naval, mostrando os períodos de altos e baixos pelos quais passaram, as dificuldades e as perspectivas para este início de século, bem como as necessidades

¹ “É o conjunto das empresas estatais e privadas, bem como organizações civis e militares, que participam de uma ou mais das etapas de pesquisa, desenvolvimento, produção, distribuição e manutenção de produtos estratégicos de defesa (bens e serviços).” Fonte: Ministério da Defesa. Disponível em: <https://www.defesa.gov.br/industria_defesa/index.php>. Acesso em: 27 jun. 2009.

² CARVALHO, Roberto Guimarães de. Entrevista ao site especializado em assuntos de defesa www.defesanet.com.br em 29 Jan. 2007 – Indústria de Defesa, Mercado Internacional, O Futuro. Acesso em 01 de fevereiro de 2007.

apontadas para a retomada do seu crescimento.

No capítulo seguinte, identificam-se, na END, as medidas de incentivos à IBMD e as diretrizes para a reorganização da Marinha do Brasil.

No quarto capítulo apresentam-se, de forma sucinta, os planos de reaparelhamento da Marinha, enfocando as perspectivas para o seu cumprimento dentro da conjuntura econômica nacional atual.

Encerrando, faz-se um apanhado geral dos assuntos abordados, de modo a consolidar os conhecimentos a respeito do tema proposto.

2 INDÚSTRIA DE MATERIAL DE DEFESA

A indústria de material de defesa brasileira vem atuando no Brasil, há mais de 200 anos, desde a criação da Fábrica Real de Pólvora da Lagoa Rodrigo de Freitas, em 13 de maio de 1808. Alternando momentos de prosperidade com outros de grandes dificuldades, ela vem, de alguma forma, tentando manter viva a capacidade de produzir material bélico para as Forças Armadas brasileiras (DELLAGNEZZE, 2008, p. 19). Inicialmente, foi feita uma rápida retrospectiva pela história desse setor da indústria brasileira, desde a Segunda Guerra Mundial até dias atuais, e, em seguida, pela história da indústria naval nacional, de forma semelhante à abordagem feita para a indústria de defesa, visto que, apesar de fazer parte desse seguimento, possui especificidades que a distingue das demais.

2.1 Um breve histórico e a situação atual da indústria de defesa

Após a Segunda Guerra Mundial, criou-se, no Brasil, uma dependência ao apoio logístico dos Estados Unidos da América (EUA), no que diz respeito ao fornecimento de material bélico, oficializada pelo Acordo de Cooperação Militar (*Military Assistance Program*) de 1952. Assolada pela recorrente falta de recursos, as Forças Armadas acostumaram-se a receber equipamentos militares norte-americanos a custo mínimo, mesmo sujeitos às cláusulas restritivas de emprego. Isso provocou forte desestímulo à produção nacional, relutância do capital privado de investir na produção de material de defesa e estagnação e retrocesso da Indústria Brasileira de Material de Defesa (IBMD) (LANGE, 2007, p. 11).

Em que pese essa dependência dos EUA, a Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) foram incentivados pelas FFAA, por conscientizarem-se da importância que teve a tecnologia para o bom desempenho militar dos Aliados. Nesse sentido, cada força envidou esforços para criar seus núcleos de conhecimento. A criação do Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA), em 1947, da Escola Superior de Guerra (ESG) (1948) e do Conselho Nacional de Pesquisa (1951) foi o embrião do “processo de criação das indústrias de defesa no país, dando início à capacitação tecno-científica militar do Brasil”. Continuando em seus processos independentes de incentivo ao P&D, criou-se, na Marinha: o Instituto de Pesquisa da Marinha (IPqM) e a Empresa Gerencial de Projetos Navais (EMGEPRON) – esta para gerenciar projetos e promover a indústria naval; no Exército: o Instituto Militar de Engenharia (IME), em 1959, o Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento, em 1970, o Centro Tecnológico do Exército, em

1982, e o Instituto de Projetos Especiais (IPE), em 1986; na Força Aérea Brasileira (FAB): o Centro Técnico Aeroespacial, em São José dos Campos (SP), em 1950, e, em 1969 fundou a Empresa Brasileira de Aeronáutica (EMBRAER) – hoje privatizada (LANGE, 2007, p. 12-13).

Como se pode ver, esse incentivo ao P&D gerou uma busca natural pela independência tecnológica e pelo fornecimento do material de defesa. Assim sendo, o Governo Federal criou, em 1965, o “Grupo Permanente de Mobilização Industrial (GPMI), aproximando as FFAA e a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), a fim de criar um complexo nacional de pesquisas, desenvolvimento e produção de equipamentos militares com o objetivo de substituir as importações e, se possível, propiciar a entrada do país no milionário comércio mundial de armamentos” (PEREIRA, 1991).

Fruto dessa empreitada – que aliou o planejamento de longo prazo e a visão de Estado dos governantes da época, com a formação de pessoal especializado –, o Brasil conseguiu ficar mais próximo da tecnologia moderna de emprego militar e fez com que a IBMD alcançasse seu auge nas décadas de 1970/80. Empresas públicas, de economia mista e privada (com predomínio das últimas), a exemplo da ENGESA (Engenheiros Especializados S.A.), da IMBEL (Indústria de Material Bélico do Brasil), da AVIBRAS, da HELIBRAS (Helicópteros do Brasil S.A.), da EMBRAER e da EMGEPRON, alcançaram, no final da década de 1980, um grau de desenvolvimento nunca visto, contribuindo não só para o aparelhamento das FFAA brasileiras como para o bom desempenho da balança econômica brasileira, destacando-se como o nono país exportador de armas para o Terceiro Mundo (LANGE, 2007, p. 14-15).

Foi nesse período que foram construídas, no Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro (AMRJ), duas fragatas Classe “Niterói”, sob licença da *Vosper Thornycroft* (Inglaterra), e três dos quatro submarinos Classe “Tupi” (IKL-209-1400), com a coordenação técnica do Consórcio *Ferrostaal/Howaldtswerke Deutsche Werft* (HDW) da Alemanha. Esses contratos são exemplos da busca das FFAA por desenvolvimento de tecnologia e da indústria bélica nacional (no caso, da indústria naval).

A década de 1990 inicia-se com o declínio da IBMD. No cenário internacional, o fim da Guerra Fria e a política dos EUA como principal defensor do *status quo* mundial foram os principais fatores externos que contribuíram para o decréscimo da IBMD. O primeiro ocasionou a diminuição das encomendas, o aumento das ofertas de materiais bélicos excedentes (principalmente dos países do bloco comunista) e a inserção no mercado de novos países produtores; enquanto o segundo defendia a aplicação das FFAA dos países em

desenvolvimento apenas para o controle dos problemas internos, delegando a defesa externa àquela potência mundial (LANGE, 2007, p. 16).

No cenário interno, os reduzidos orçamentos militares aliados aos altos custos de produção e à falta de incentivo governamental foram fatores determinantes para o declínio da indústria de defesa, levando ao fechamento ou à migração para outros setores de produção diversas empresas. Some-se a isso – segundo Cunha³ (2005, *apud* LANGE, 2007, p. 16) – o fim do governo militar, juntamente com tendências políticas anti-militar, conduzidas pelo novos governantes, para manter os militares afastados da política interna.

Dessa forma, foi visto que, quando há uma interação entre FFAA, indústria e os centros de P&D, juntamente com um compromisso do governo de investir, de forma contínua e com valores condizentes com o cumprimento da missão das FFAA e dos interesses estratégicos do Brasil, o setor industrial de produção de material de defesa responde aos anseios nacionais e prospera juntamente com a nação brasileira.

A BID conta, hoje, com cerca de 300 empresas - apesar de muitas, no passado, terem fechado ou mudado seu ramo de atuação ou de perfil acionário - sendo destas apenas 25 exportadoras, representando um volume financeiro exportado de 750 milhões de dólares no ano de 2008. Esse grupo de empresas é responsável por cerca de 5.000 empregos diretos e 30.000 indiretos (GAMBÔA⁴, 2009).

Com o intuito de aproximar a tríade, indústria – forças armadas – P&D, as empresas da BID associaram-se em organizações, dentre as quais se destacam: Associação Brasileira das Indústrias de Defesa (ABIMDE), a Associação das Indústrias Aeroespaciais do Brasil (AIAB), o Sindicato Nacional da Indústria de Material de Defesa (SINDE) e o Comitê da Cadeia Produtiva da Indústria de Defesa (COMDEFESA), esse último com apoio da FIESP.

Essas associações têm atuado, de forma efetiva, no intuito de patrocinar, promover e representar os interesses e os objetivos comuns das empresas do setor de material de emprego militar e do país, procurando agilizar e incentivar a comercialização, o desenvolvimento e a qualidade dos materiais de emprego militar (MEM) produzidos no Brasil. Nesse sentido, são conduzidos simpósios, seminários e palestras para diversos órgãos públicos relacionados aos assuntos de defesa, além de feiras, dentre as quais se destaca a LAAD (Latin America Aero and Defence) a maior feira do gênero na América Latina – que

³ CUNHA, Marcílio Boavista da. *Indústria Brasileira de Material de Defesa*. Rio de Janeiro, Clube Naval, 2005, il., 39p.

⁴ Carlos Afonso Pierantoni Gambôa é Vice-Almirante da Reserva Remunerada da Marinha do Brasil e Vice-Presidente Executivo da Associação Brasileira de Indústria de Material de Defesa (ABIMDE).

vem sendo realizada no Brasil desde 1997, com o apoio do Ministério da Defesa (MD) e das Relações Exteriores, além das Associações já citadas (LAAD, 2009).

Em 2009, houve muita expectativa em torno da LAAD, por ser a primeira após a promulgação da END, alcançando recorde de público (18,2 mil visitantes – 30% a mais do que em 2005) e de expositores. Dentre as 336 empresas expositoras, 93 eram empresas nacionais, o que mostra o entusiasmo do setor quanto à perspectiva de implementação das medidas de incentivo ao desenvolvimento da BID previstas na END (LAAD, 2009a).

2.2 A indústria naval

A indústria naval brasileira, que já foi considerada como a segunda do mundo – época em que se construíam 50 navios por ano e se empregavam 40 mil pessoas –, veio, desde a década de 1990, como o restante dos componentes da BID, perdendo capacitação e competitividade, fruto da falta de investimento (ECONOMIA BR, 2008). Entretanto, desde o início do século, mais precisamente a partir de meados da primeira década, encomendas da Petrobras, para renovação de sua frota e de novas aquisições para apoio às operações de exploração e produção de petróleo, deram início a um novo período de crescimento da indústria naval.

O Brasil tem uma nova chance de consolidar-se como pólo da construção naval. Pode-se dizer que esse período iniciou-se ainda no governo de Fernando Henrique Cardoso, quando foi criada a “reserva de mercado” para barcos de apoio às plataformas de petróleo. Houve, então, a “primeira onda” de investimentos, conhecida como o “Renascimento” da indústria naval brasileira, propiciando a reabertura de diversos estaleiros e a retomada das encomendas (KOMATSU; PAMPLONA, 2009).

Hoje, vive-se a “segunda onda” de investimentos, que visa a expansão da capacidade instalada. Esse período é motivado pelo incremento das encomendas da Petrobras – por meio do PROMEF (Programa de Renovação e Expansão da Frota), que almeja a aquisição de 296 embarcações entre plataformas, navios e barcos de apoio –, e do crescimento da atividade petrolífera privada. Dessa forma, vêm-se estaleiros já instalados, principalmente no Rio de Janeiro, aumentando sua capacidade de produção (por meio de investimento em tecnologias); estaleiros sendo construídos em outros estados da federação – Suape-PE e Rio Grande-RS (Estaleiros Atlântico Sul – dos Grupos Camargo Corrêa e Queiroz Galvão e a

empresa PJMR com a sul-coreana *Samsung Heavy Industries*⁵), Maceió-AL (estaleiro do Grupo *Energy*), Bahia (o Estaleiro da Bahia S.A, parceria entre a OAS, Setal Engenharia e Piemonte Construções; um projeto da UTC; e outro da Odebrecht) e Biguaçu-SC (o estaleiro BEX, do grupo EBX controlado pelo empresário Eike Batista). Todos esses projetos garantirão a geração de mais de 20 mil empregos diretos no setor que emprega, atualmente, cerca de 42 mil trabalhadores – valor equiparável somente ao auge da indústria naval brasileira, na década de 70 (KOMATSU; PAMPLONA, 2009).

Segundo Komatsu e Pamplona (2009), espera-se uma terceira fase, pois o cronograma atual ainda não considera a demanda por transporte de petróleo que será gerada pelo pré-sal.

A construção naval de meios militares nos dias atuais, está limitada, basicamente, ao AMRJ e a poucos estaleiros civis (nestes só é feita a construção de navios de pequeno porte).

Como abordado acima, o AMRJ vem mantendo, ainda que com as dificuldades orçamentárias, o “know-how” da construção de submarinos e a capacidade de projetar e construir navios como a recente concluída Corveta “Barroso” – esta uma evolução das Corvetas da Classe “Inhaúma”. Na Indústria Naval do Ceará (INACE), foram construídos três os Navios-Patrolha (NPa) Classe “Grajaú” (200 ton.) – sendo dois para a MB e um para a Marinha da Namíbia, este com o financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) – e atualmente está construindo dois NPa de 500 ton. da Classe “Macaé” – baseados no projeto da Classe “Vigilante” francesa.

Os últimos navios de guerra de grande porte fabricados em estaleiro nacional privado foram as Corvetas “Júlio de Noronha” e “Frontin”, construídas pelo Estaleiro Verolme e incorporadas à Armada em 1992 e 1994, respectivamente. Desde então, a construção de navios de guerra, no país, ficou restrita a Navios-Patrolha Classe “Grajaú” (2 no AMRJ, 2 no Estaleiro Mauá e 2 no INACE), aos Submarinos Classe “Tupi” (“Tamoio”, “Timbira” e “Tapajó”), ao Submarino “Tikuna” (uma evolução do projeto da Classe “Tupi”), e à Corveta “Barroso” – cuja construção começou em 1994 e se encontra em fase final⁶, face a diversas paralisações decorrentes da falta de recursos orçamentários ao longo dos anos.

⁵ Fonte: Estaleiros Atlântico Sul. Disponível em: < <http://www.estaleiroatlanticosul.com.br/eas/pt/quemsmos/apresentação/index.html>>. Acesso em: 7 jul. 2009.

⁶ Fato comprovado pelo autor em visita ao Navio, em 27 de julho de 2009, quando faltava o comissionamento de poucos equipamentos.

2.3 Medidas de incentivo ao crescimento da Indústria de Defesa

Numa primeira análise, dois aspectos apresentam-se relevantes para o sustento do parque industrial bélico do Brasil: a falta de escala de produção das indústrias de defesa remanescentes, resultante da redução da demanda interna e das dificuldades de exportação; e a ociosidade de muitas linhas de fabricação dedicadas a produtos de defesa, dimensionadas para a demanda de mobilização, muito superior à de paz (AMARANTE, 2004, p. 28-29).

Ciente da necessidade de discussão sobre os assuntos de defesa, o Ministério da Defesa, em parceria com o Ministério da Ciência e Tecnologia e o BNDES, realizou, entre setembro de 2003 e junho de 2004, uma série de oito rodadas de debates relacionados ao tema, com a participação de representantes do Governo, parlamentares, militares, acadêmicos, diplomatas e jornalistas, o que gerou a coleção “Pensamento brasileiro sobre defesa e segurança”, disponíveis no sítio do MD, como forma de dar ampla divulgação ao assunto. A quinta rodada tratou, especificamente, da indústria de defesa e contou com palestrantes como o Doutor Ozires Silva, ex-Ministro da Infraestrutura; o General José Carlos Albano do Amarante, Presidente da IMBEL à época; e o Professor Renato Dagnino, da Unicamp, dentre outros. Encontram-se nesses artigos, sugestões de incentivo ao renascimento da IBMD, que são abordados a seguir.

O General Amarante propõe duas frentes para reerguer a IBMD: uma “Frente de Resposta Rápida” e uma “Frente de Maturação Lenta”. A primeira, como o próprio nome sugere, é mais imediata e tem como objetivo capacitar a BID para atender a atual demanda operacional das FFAA, mantendo uma incipiente capacidade de fabricação de MEM, mesmo que com baixo agregado tecnológico. Isso visa minimizar a aquisição de material de defesa no exterior, mantendo a IBMD em funcionamento e promovendo a integração tecnológica das FFAA. A segunda Frente, de longo prazo, tem por objetivo “ampliar, no âmbito militar, as atividades de P&D e a capacidade de fabricação de material de emprego militar, para fortalecer as bases científico-tecnológica e industrial de defesa”, visando “garantir um posicionamento mais firme, competente e efetivo no cenário tecnológico militar do Século XXI” (AMARANTE, 2004, p. 29-31).

O Doutor Jairo Cândido⁷ aponta algumas medidas necessárias ao renascimento da IBMD, muitas delas corroboradas por diversas autoridades e especialistas em defesa, dentre as quais se destacam:

⁷ Diretor-Presidente do Grupo Inbrafiltro.

- ação do MD para assistir o empresário como mediador nos contatos com outras agências governamentais, buscando soluções para as exportações de MEM;
- apoio à comercialização, de modo a propiciar o financiamento de vendas, de promoção e de coordenação para exportação por entidades como o BNDES e o Banco do Brasil, para garantir a exportação de produtos e serviços de defesa;
- equiparação tributária aos níveis internacionais, de modo que a IBMD (com tributação em torno de 42 %) alcance o mesmo patamar tributário das empresas estrangeiras;
- transformação do Orçamento da União em determinativo ou imperativo, de maneira a garantir a continuidade dos recursos aplicados em programas de defesa e que esses gastos sejam encarados como investimentos e não como despesas, visto que geram volumes de exportação e desenvolvem a tecnologia nacional, além de modernizarem as FFAA;
- aumento por compensação comercial, tecnológica e industrial (*offset*) nos contratos de aquisição de MEM pelas FFAA com fornecedores estrangeiros – já estabelecida pela Portaria nº 764/MD⁸. Esses *offsets* atuarão como forma de incentivo financeiro à IBMD – já previsto na citada portaria – e como uma grande fonte de financiamento junto com o Orçamento Geral da União, contribuindo para o desenvolvimento dos centros de pesquisa, instalados na Marinha, na Aeronáutica, no Exército e nas universidades brasileiras;
- instituição de um “*Buy Brazilian Act*”, similar ao “*Buy American Act*” do governo norte-americano, a fim de beneficiar os produtores brasileiros, assegurando mercado para a produção nacional e vedando a aquisição de produtos estrangeiros sempre que eles puderem ser fabricados no país;
- utilização dos adidos militares para a divulgação dos produtos nacionais;
- desenvolvimento dos setores comerciais das embaixadas e consulados para realizarem levantamentos do potencial e das oportunidades de negócios para a IBMD, bem como para se vender MEM diretamente à Organização das Nações Unidas (ONU) – considerada o segundo maior comprador de material de defesa do mundo;
- estabelecimento pelas FFAA de encomendas mínimas à IBMD para a manutenção e para a operacionalidade da capacidade instalada e da mão-de-obra qualificada;
- utilização, pelas tropas brasileiras, em missões de paz da ONU, de equipamentos 100% nacionais, sejam eles armamentos, material de defesa, de transporte terrestre ou aéreo;
- catalogação dos produtos fabricados no Brasil, de modo a se produzir nos padrões dos países exportadores de material de defesa; e

⁸ Portaria nº 764/MD de 27 dez 2002 - Aprova a Política e as Diretrizes de Compensação Comercial, Industrial e Tecnológica do Ministério da Defesa.

- desenvolvimento de uma política voltada para a pesquisa, ciência, tecnologia e inovação, objetivando o domínio de tecnologias pelos diversos institutos das Forças Armadas e das universidades (CÂNDIDO, 2004, p. 67-72).

Cândido (2004) ainda defende a criação de um Fundo de Financiamento à Produção, Melhoria, Comercialização e Desenvolvimento de Produtos Nacionais, a fim de complementar o capital de giro da indústria e financiar a “pesquisa e o desenvolvimento, criando um mecanismo de cooperação e parceria para o efetivo crescimento e manutenção da indústria nacional”. Esse Fundo permitiria o financiamento direto de produtos da IBMD ao país importador, colocando o Brasil em pé de igualdade com outros países produtores de MEM, que financiam as vendas de suas empresas diretamente aos países compradores.

Outras questões relacionadas ao renascimento da IBMD são apontadas pelo Doutor Ozires Silva⁹:

- As FFAA precisam ser autorizadas a adquirir materiais e equipamentos nacionais financiados por créditos de agências de desenvolvimento nacionais e não estrangeiras – mesmo que essas ofereçam condições de juros e prazos mais favoráveis, quando da aquisição de MEM nos seus países de origem. Para tal, o BNDES, única agência brasileira de créditos comerciais a longo prazo, tem de perder as restrições legais que o impossibilitam de examinar as propostas de financiamentos às FFAA para suas aquisições no mercado nacional. Além disso, as deliberações das autoridades financeiras, que condicionam os compromissos nacionais assumidos pelas Forças, não podem sofrer contingenciamentos, pois colocam as empresas locais em sérias dificuldades perante seus credores, uma vez que essas entregam os produtos, mas não recebem seus pagamentos em dia; e

- as FFAA brasileiras, assim como as estrangeiras, devem, mediante critérios estabelecidos pelo governo, celebrar expressivos contratos com as empresas nacionais para projetar, desenvolver e fabricar produtos militares, como ocorrido no passado, em que se tem o exemplo realizado pelo antigo Ministério da Aeronáutica, que ajudou a firmar a atual posição de destaque internacional da indústria aeronáutica brasileira (SILVA, 2004, p. 49-52).

As propostas acima apresentadas são, por questões diversas, de difícil implementação. Com advento da END, espera-se, como veremos no capítulo seguinte, que muitas destas medidas possam sair do papel e ajudem a IBMD a se capacitar para prover nossas FFAA de material de defesa nacional de comprovada capacidade dissuasória.

⁹ Ex-Ministro de Estado da Infra-Estrutura e Ex-Presidente da Petrobrás e da Varig.

3 A ESTRATÉGIA NACIONAL DE DEFESA

Lançada em 18 de dezembro de 2008, a Estratégia Nacional de Defesa tem como uma das suas ambições: reorganizar a indústria nacional de material de defesa, ditando as estratégias a serem seguidas em âmbito nacional para alcançar tal objetivo; e reorganizar as FFAA, estabelecendo diretrizes para a composição da força e suas áreas de atuação dentro do território nacional.

3.1 Os incentivos para a Indústria de Material de Defesa

A reestruturação da IBMD, proposta no segundo eixo estruturante da END, tem como propósito assegurar que o atendimento das necessidades de equipamento das Forças Armadas apóie-se em tecnologias sob domínio nacional.

É possível identificar nesse documento muitas medidas para incentivar o setor industrial de defesa que foram propostas pelos palestrantes das rodadas de debates comentadas no item 2.3 e que precederam sua formulação.

A END apresenta, na parte em que aborda as Medidas de Implementação, as principais vulnerabilidades da estrutura de defesa do Brasil relacionadas à indústria de defesa, destacando-se:

- **insuficiência e descontinuidade na alocação de recursos orçamentários** para a defesa;
- **obsolescência da maioria dos equipamentos das Forças Armadas; elevado grau de dependência** em relação a produtos de defesa estrangeiros; e ausência de direção unificada para aquisições de produtos de defesa; [...]
- **limitados recursos aplicados em pesquisa científica e tecnológica** para o desenvolvimento de material de emprego militar e produtos de defesa [...];
- **inexistência de planejamento nacional para desenvolvimento de produtos de elevado conteúdo tecnológico**, com participação coordenada dos centros de pesquisa das universidades, das Forças Armadas e da indústria;
- **falta de inclusão, nos planos governamentais, de programas de aquisição de produtos de defesa em longo prazo**, calcados em programas plurianuais e em planos de equipamento das Forças Armadas, com priorização da indústria nacional de material de defesa. [...];
- **inexistência de regras claras** de prioridade à indústria nacional [...]
- **dualidade de tratamento tributário** entre o produto de defesa fabricado no País e o adquirido no exterior [...];
- **deficiências nos programas de financiamento** para as empresas nacionais fornecedoras de produtos de defesa, [...];
- **falta de garantias para apoiar possíveis contratos de fornecimento** oriundos da indústria nacional de defesa;
- **bloqueios tecnológicos impostos por países desenvolvidos** [...];
- **cláusula de compensação comercial, industrial e tecnológica (off-set) inexistente** em alguns contratos de importação de produtos de defesa, [...]; e
- **sistemas nacionais de logística e de mobilização deficientes** (BRASIL, 2008b, p. 42-44, grifo do autor).

A END relembra que, em maio de 2008, foi lançada a Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP) e, dentro dela, o programa estruturante do Complexo Industrial de Defesa, sob a gestão do Ministério da Defesa e a coordenação do Ministério da Ciência e Tecnologia, tendo como objetivo a recuperação e o incentivo ao crescimento da base industrial instalada, para ampliar o fornecimento às FFAA brasileiras e às exportações. Tal programa estabelece:

[...] **quatro desafios** para a consecução do objetivo:

- **umentar os investimentos** em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação;
- **promover isonomia tributária** em relação a produtos/materiais importados;
- **expandir a participação** nos mercados interno e externo; e
- **fortalecer a cadeia de fornecedores** no Brasil.

A PDP sugere, ainda, um conjunto de ações destinadas à **superação dos desafios** identificados:

- **ampliação** das compras nacionais;
- **expansão e adequação** do financiamento;
- **promoção das vendas e capacitação** de empresas brasileiras; e
- **fortalecimento da base** de P, D&I (BRASIL, 2008b, p. 54, grifo autor).

Identificadas as principais vulnerabilidades e verificados desafios e ações já existentes em documentos superiores, a END enumera esforços governamentais de aceleração do crescimento para atender as necessidades da Defesa Nacional, de responsabilidade do MD, demais ministérios e órgãos da administração pública¹⁰, que deverão:

1. [...] **propor modificações na legislação** referente ao **regime jurídico e econômico especial** para compras de produtos de defesa junto às empresas nacionais, com propostas de modificação da Lei nº 8.666, de junho de 1993.
2. [...] **propor modificações na legislação** referente à **tributação incidente sobre a indústria nacional de material de defesa**, por meio da criação de regime jurídico especial que viabilize incentivos e desoneração tributária à iniciativa privada na fabricação de produto de defesa prioritário para as Forças Armadas e para a exportação.
3. [...] **propor modificações na legislação** referente à **linha de crédito especial**, por intermédio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), para os produtos de defesa, similar às já concedidas para outras atividades.
4. [...] **propor modificações na legislação** referente à **viabilização**, por parte do Ministério da Fazenda, **de procedimentos de garantias para contratos de exportação de produto de defesa de grande vulto**, em consonância com o Decreto Lei nº 1.418, de 03 de setembro de 1975, e com a Lei de Responsabilidade Fiscal (BRASIL, 2008b, p. 60-61, grifo do autor).

Com a maior relevância que vem assumindo o tema de defesa na agenda política nacional, suscitam-se grandes expectativas sobre um novo impulso para IBMD, o que faz com que a implantação das medidas de incentivo, apresentadas acima, revista-se de grande importância para essa impulsão, colocando a indústria de defesa no rumo do desenvolvimento e da capacitação de que as FFAA necessitam para defender o Brasil.

¹⁰ Ministérios da Fazenda, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Ciência e Tecnologia e a Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.

3.2 As perspectivas apresentadas para a Marinha do Brasil

O primeiro eixo estruturante da END aborda a organização e a orientação das FFAA, para melhor desempenharem sua destinação constitucional e suas atribuições na paz e na guerra.

No que diz respeito à Marinha, observa-se que a Força encontra-se muito concentrada na cidade do Rio de Janeiro.

Sem desconsiderar a necessidade de defender as maiores concentrações demográficas e os maiores centros industriais do País, **a Marinha deverá estar mais presente na região da foz do Amazonas e nas grandes bacias fluviais do Amazonas e do Paraguai-Paraná** (BRASIL, 2008b, p. 13, grifo do autor).

Ela também deve estar mais presente nas fronteiras, realizando tarefas de vigilância nas águas jurisdicionais brasileiras, em especial nas águas interiores da Amazônia.

Dentre os objetivos a serem buscados pela MB, deve-se priorizar a negação do uso do mar, o controle de áreas marítimas e a projeção de poder.

A negação do uso do mar, o controle de áreas marítimas e a projeção de poder devem ter por foco, sem hierarquização de objetivos e de acordo com as circunstâncias:

- (a) defesa pró-ativa das plataformas petrolíferas;
- (b) defesa pró-ativa das instalações navais e portuárias, dos arquipélagos e das ilhas oceânicas nas águas jurisdicionais brasileiras;
- (c) prontidão para responder a qualquer ameaça, por Estado ou por forças não convencionais ou criminosas, às vias marítimas de comércio;
- (d) capacidade de participar de operações internacionais de paz, fora do território e das águas jurisdicionais brasileiras, sob a égide das Nações Unidas ou de organismos multilaterais da região; [...] (BRASIL, 2008b, p. 20)

Para a consecução desses e de outros objetivos, a END advoga uma força naval balanceada, composta por diversos tipos de navios, entre eles: submarinos convencionais e nucleares – ambos construídos no Brasil –, navios de grande porte, como navios de emprego múltiplo e navios-aeródromos. Da mesma forma apresenta uma série de orientações para o desenvolvimento de capacidades operacionais – tanto das forças navais como aeronavais e de fuzileiros navais – e de construção naval e P&D – aí incluídos a construção do submarino nuclear e de mísseis.

A Estratégia também instrui acelerar o trabalho de instalação de base de submarinos convencionais e de propulsão nuclear e iniciar estudos para a instalação de uma base naval de uso múltiplo, semelhante à Base Naval do Rio de Janeiro, o mais próximo possível da foz do rio Amazonas.

O setor nuclear é considerado como de valor estratégico pela END e, por sua natureza, transcende a divisão entre desenvolvimento e defesa. Devido ao Tratado

Internacional de não Proliferação de Armas Nucleares e ao imperativo constitucional, o Brasil só pode empregar a energia nuclear para fins pacíficos. Nesse sentido, apesar de ser proibido o acesso ao armamento nuclear, a END sustenta que o Brasil não deve despojar da tecnologia nuclear, mas, pelo contrário, deve desenvolvê-la, inclusive por meio de algumas iniciativas que dizem respeito diretamente à Marinha, como:

- a. Completar, no que diz respeito ao programa de submarino de propulsão nuclear, a nacionalização completa e o desenvolvimento em escala industrial do ciclo do combustível (inclusive a gaseificação e o enriquecimento) e da tecnologia da construção de reatores, para uso exclusivo do Brasil.
- b. Acelerar o mapeamento, a prospecção e o aproveitamento das jazidas de urânio.
- c. Desenvolver o potencial de projetar e construir termelétricas nucleares, com tecnologias e capacitações que acabem sob domínio nacional, ainda que desenvolvidas por meio de parcerias com Estados e empresas estrangeiras. Empregar a energia nuclear criteriosamente, e sujeitá-la aos mais rigorosos controles de segurança e de proteção do meio-ambiente, como forma de estabilizar a matriz energética nacional, ajustando as variações no suprimento de energias renováveis, sobretudo a energia de origem hidrelétrica; e
- d. Aumentar a capacidade de usar a energia nuclear em amplo espectro de atividades. (BRASIL, 2008b, p. 34)

Cabe ressaltar que o submarino de propulsão nuclear não é uma arma nuclear. Ele é apenas um vetor de armas (os torpedos) que se utiliza da energia nuclear e das vantagens que ela empresta ao meio – maiores autonomia, permanência submerso e velocidades.

Essas orientações fizeram a Marinha do Brasil repensar o seu Programa de Reaparelhamento, definindo uma nova composição física da força, elaborando o Plano de Equipamentos e Articulação da Marinha do Brasil (PEAMB), o qual será abordado, de forma mais detalhada, no capítulo seguinte.

4 O REAPARELHAMENTO DA MARINHA

4.1 Do Programa de Reaparelhamento ao Plano de Equipamento e Articulação da Marinha do Brasil

A Marinha do Brasil há muito orienta suas aquisições de equipamento por meio do Programa de Reaparelhamento da Marinha (PRM). O PRM é dirigido por um Contra-Almirante do Corpo da Armada e subordinado diretamente ao Diretor-Geral do Material da Marinha.

O PRM em vigor contempla as seguintes aquisições em ordem de prioridade:

- 1) Submarinos e torpedos;
- 2) Navios-Patrolha;
- 3) Helicópteros;
- 4) Navios Escolta;
- 5) Navios-Patrolha Fluviais;
- 6) Embarcações do Sistema de Supervisão Tráfego Aquaviário e navios hidrográficos;
- 7) Modernização do NAe “São Paulo”, mísseis, minas e munição; e
- 8) Carros de Combate, Navio de Desembarque e Navio de Transporte de Apoio (MARINHA DO BRASIL, 2007).

Entretanto, o PRM é um programa interno, aprovado pelo Comandante da Marinha, mas sem o aval de nível político. Seguindo as orientações de composição das forças, definidas pela Estratégia Nacional de Defesa, abordada no capítulo anterior, a MB elaborou e submeteu ao Ministro da Defesa no final do mês de junho de 2009, o Plano de Equipamentos e Articulação da Marinha do Brasil (PEAMB). Esse plano, ora em consolidação com os semelhantes das outras duas forças singulares para formar o Plano Equipamento e Articulação da Defesa Nacional, orienta investimentos da Marinha, destinados à capacitação da força, para atender os anseios de defesa do país, entre eles a aquisição de meios. O PEAMB será submetido ao Presidente da República e, quando aprovado, substituirá o PRM (PENNA, 2009).

A Marinha deverá se reconstituir por etapas, tornando-se uma força balanceada e polivalente, com uma segunda esquadra o mais próximo possível da foz do Rio Amazonas. A Base Naval que abrigará essa segunda esquadra deverá ser construída, muito provavelmente, na Baía de São Marcos, em São Luís – MA (PESCE, 2009).

Como abordado no item 3.2, o PEAMB orienta a aquisição de navios-patrolha para a defesa pró-ativa das plataformas petrolíferas e das instalações navais e portuárias, além dos arquipélagos e das ilhas oceânicas nas águas jurisdicionais brasileiras. Nesse sentido, serão construídos 12 NPa da Classe “Macaé” (baseados na Classe “Vigilante” francês).

Também serão construídos NPa de 1.800 ton., ainda sem projeto definido, um Navio Hidrográfico Fluvial e quatro Avisos Hidrográficos fluviais (todos para operarem em Manaus e Belém) e quatro NPa de 200 ton. para operarem tanto no mar quanto em rio, para substituírem os NPa Classe “Piratini” que operam em Belém. Esse projeto será realizado pelo Centro de Projetos de Navios (CPN) e construído pelo Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro. Também serão construídos navios escoltas, que ainda estão em fase de definição dos Requisitos de Alto Nível (RAN) (VILAS BOAS, 2009).

Com a implementação da segunda esquadra, espera-se que a quantidade de meios de médio e grande porte, praticamente, dobre em relação ao número hoje existente. Considerando que os meios da MB têm em média 30 anos, esse redimensionamento implicará adquirir-se quase duas novas esquadras – de porte semelhante à existente hoje – em um prazo de 25 anos.

Como já visto anteriormente, no PEAMB também está incluída a fabricação de submarinos com transferência de tecnologia da França. Serão construídos no país quatro submarinos convencionais brasileiros (SBR), baseados nos submarinos da Classe “Scórpené” francês, entre 2014 e 2020, além da supervisão técnica ao projeto do casco de um protótipo de submarino de propulsão nuclear brasileiro (SNBR). O projeto de fabricação de submarino também prevê a construção de um estaleiro, onde os meios serão construídos e de uma base de submarinos, já preparada para apoiar, além dos SBR, os SNBR (PESCE, 2009).

Ainda constam do Plano de Equipamentos, um navio de apoio logístico (NAPLog) capaz de reabastecer outras unidades no mar com combustível, lubrificantes, munição e víveres, com instalações médico-hospitalares completas e dotado de convés de vôo e hangar para helicópteros; um navio de múltiplo emprego com a capacidade de operar com helicópteros, meio anfíbios e como navio de comando e controle; um Navio Aeródromo (NAe) para substituir o NAe São Paulo; meios aeronavais como aeronaves de asa fixa para alarme aéreo antecipado, reabastecimento em vôo e apoio logístico, além da substituição de algumas aeronaves de asa rotativa e as de interceptação e ataque – os A4 *Skyhawk* – hoje em operação; e meios de fuzileiros navais de todos os gêneros – esses para mobiliar, além das unidades já existentes, as que serão criadas na esteira da segunda esquadra (PESCE, 2009).

É importante ressaltar que, como estabelecido na END, a maioria das aquisições deverá ser realizada no país e com alto índice de nacionalização, seja por empresas nacionais ou por associações destas com empresas estrangeiras, ocorrendo, neste caso, transferência de tecnologia para a indústria local.

A END, como já visto, promulgou medidas a serem adotadas que contribuirão no

sentido de capacitar a IBMD, fazê-la crescer e de garantir recursos orçamentários correspondentes ao tamanho das ambições que pretende o Brasil.

4.2 A conjuntura econômica e o reaparelhamento da Marinha

Diversos estudiosos da área de defesa opinam em favor do aumento dos orçamentos governamentais para essa área da ordem de 2,5% do PIB. Hoje, ele encontra-se em 1,5% do PIB. É importante que assuntos relacionados à defesa nacional sejam encarados como uma política de Estado e não de Governo, de modo a garantir a longevidade de recursos adequados, a fim de amparar FFAA bem preparadas a exercerem uma verdadeira dissuasão (PESCE e SILVA, 2009).

O ano de 2009 iniciou-se com bons presságios para as Forças Armadas brasileiras. O orçamento previsto para custeio, da ordem de R\$ 11 bilhões (já descontado o pagamento de pessoal), mantinha a tendência crescente dos últimos anos, dando a esperança de que os investimentos no reaparelhamento das forças seriam ainda mais incrementados, devido ao lançamento da END em dezembro passado. Entretanto, medidas de combate à crise econômica mundial – iniciada nos EUA em setembro de 2008 – fizeram com que o governo contingenciasse seu orçamento como forma de reduzir gastos, afetando, fortemente, os recursos destinados ao Ministério da Defesa (PESCE; SILVA, 2009).

Esse contingenciamento pode comprometer o reaparelhamento das Forças, mesmo que esse envolva programas de longo prazo. Jairo Cândido¹¹ afirmou que “a indústria de defesa é diferente de outros setores, os projetos nascem em parceria com as empresas e elas não podem se envolver em um programa que não seja prioritário para as Forças Armadas e sem compromisso de compra ao fim desse projeto”. Ele acrescenta que, com a escassez de recursos, ao invés de se desenvolver um equipamento no país, prefere-se realizar aquisições de produtos já prontos no exterior para não se perder o recurso ao final do exercício financeiro (RITTNER, 2009).

A Marinha, em 2009, tinha uma previsão de orçamento de cerca de R\$ 544 milhões para programas de reaparelhamento e modernização – o que era 18% superior ao ano anterior –, mas com o contingenciamento já descrito anteriormente, esses recursos foram reduzidos para R\$ 355 milhões (RITTNER, 2009).

Os indicadores econômicos do segundo semestre de 2009 mostram que a crise

¹¹ Diretor do Departamento da Indústria de Defesa da FIESP.

econômica começa a passar. Segundo informações do Banco Central (BC), a recuperação econômica do Brasil ainda é modesta, refletida, principalmente, no ligeiro aumento do uso da capacidade instalada da indústria (79,8 % em maio/09 frente aos 77,9 % de jan/09) (MEIRELLES, 2009). O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), em sua Carta de Conjuntura de junho de 2009, mostra a queda da arrecadação pública em cerca de 7%, em termos reais, nos primeiros cinco meses de 2009 em comparação com o mesmo período de 2008, causada, em grande parte, pelas medidas anti-cíclicas usadas pelo governo. Espera-se que adoção de uma política fiscal menos rigorosa, associada a uma política monetária também menos restritiva, que resultou na forte queda da taxa SELIC¹² para 8,75% a.a., em julho de 2009 – a menor dos últimos 11 anos¹³, traga uma compensação futura, proveniente do estímulo ao crescimento, proporcionando um aumento da arrecadação a médio e longo prazo (IPEA, 2009, p. 34).

Mas, mesmo no contexto de crise, os cortes orçamentários poderiam ser minorados, se os *royalties* do petróleo¹⁴, destinados à MB pelas Leis do Petróleo (Leis nº 7.990/89 e 9.478/97), não fossem contingenciados. O setor de Petróleo e Gás (P&G) foi pouco afetado pela crise econômica e apresenta-se com boas perspectivas de investimentos a curto, médio e longo prazos, principalmente com a exploração e produção (E&P) na área do pré-sal. Este fato é corroborado por Ferraz¹⁵ e Souza (2009) que afirmaram que “o volume de investimentos na indústria de P&G é substancial, pois esses são da ordem de R\$ 270 bilhões nos próximos três anos, montante bastante superior aos investimentos em qualquer setor.”. Assim, os *royalties* do petróleo representam uma fonte perene de recursos, principalmente com o crescimento do setor de P&G, fruto das descobertas de petróleo na área do pré-sal.

As leis prevêem que cerca de 15% dos valores arrecadados com os *royalties* do petróleo, lavrado na plataforma continental (o percentual varia, de acordo com a alíquota definida para cada plataforma de exploração, em função da produção), serão destinados à Marinha, para atender aos encargos de fiscalização e proteção das áreas de produção. Esse

¹² Taxa Selic é a taxa apurada do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC), expressa na forma anual. Ela se origina de taxas de juros efetivamente observadas no mercado e refletem, basicamente, as condições instantâneas de liquidez no mercado monetário (oferta versus demanda de recursos). Fonte Banco Central do Brasil. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/?SELICDESCRICA0>. Acesso em: 11 ago. 2009.

¹³ Fonte Banco Central do Brasil. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/?COPOMJUROS>. Acesso em: 11 ago. 2009.

¹⁴ “Os royalties do petróleo são uma compensação financeira devida à União pelos concessionários que exploram e produzem petróleo e gás natural, distribuída entre os governos municipais, estaduais, Comando da Marinha do Brasil, Ministério da Ciência e Tecnologia e para um fundo especial, administrado pelo Ministério da Fazenda, que beneficia todos os estados e municípios brasileiros.” Fonte: http://www.anp.gov.br/falecomanp/duvidas_perguntas.asp?cod=17&nom=Royalties. Acesso em: 25 ago. 2009.

¹⁵ João Carlos Ferraz é Diretor da Área de Planejamento do BNDES.

valor é estimado, segundo a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) 2009, em R\$ 1.799.746.915,00¹⁶.

O contingenciamento dos *royalties* do petróleo não é fato novo. Desde sua criação, eles vêm sendo contingenciado e não somente aqueles destinados à MB. O Comandante da Marinha, Almirante de Esquadra Júlio Soares de Moura Neto, defende, desde sua posse, em março de 2007, a liberação desses recursos que são fundamentais para a continuação do Programa de Reaparelhamento da Força. Em entrevista à Revista “Brasileiros”, em setembro de 2008, ele afirmou que esses valores chegavam a cerca de R\$ 3,15 bilhões (HOLLANDA, 2008).

No sentido de evitar esse contingenciamento, foi protocolada, em 10 de junho de 2009, pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, a Sugestão de Emenda nº 11/09 ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO), de autoria do Deputado Jair Bolsonaro¹⁷, para que as dotações propostas no Projeto de Lei Orçamentária para 2010, referentes aos recursos dos “*royalties*” do petróleo, destinados a financiar a fiscalização e a proteção das áreas produtoras de petróleo e gás natural, correspondam, pelo menos, ao montante autorizado na Lei Orçamentária de 2009, acrescido de 15%, podendo o excedente constituir Reserva de Contingência.

Se os recursos estiverem disponíveis, a Marinha pode ter dificuldades em encontrar estaleiros disponíveis, no país, para atender às suas encomendas para construir novos navios, face à concorrência com a indústria naval civil – aquecida pela demandas citadas no item 2.2. Segundo Vilas Boas (2009), como os contratos de construção prevêem a associação dos estaleiros estrangeiros a estaleiros nacionais, e níveis de nacionalização dos itens componentes, já se verifica no mercado a busca de empresas estrangeiras por parceiros nacionais de modo a viabilizar os possíveis contratos com a Marinha.

A própria exposição, pelo governo brasileiro, de suas intenções com respeito aos assuntos de defesa, realizada pela emissão da END, principalmente em relação às futuras aquisições para as Forças Armadas, já começa a movimentar o cenário de negócios na IBMD. Em especial, no setor Naval, não se pode falar em incremento da indústria sem citar o acordo Brasil-França para a construção de submarinos. O Almirante Carlos Passos Bezerril, em entrevista ao Diário Comércio, Indústria & Serviços, de 21 de março de 2009, afirmou que mais de 30 empresas já estariam sendo contatadas e envolvidas no projeto para a produção de

¹⁶ Dado retirado do Anexo II, inciso IV da Lei Nº 11.768, de 14 de agosto de 2008. Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2009 e dá outras providências. (Quadro 4 - Recursos Próprios e Vinculados de Todas as Fontes, por Órgão e Unidade Orçamentária).

¹⁷ Disponível em: < http://www.camara.gov.br/sileg/Prop_Detalhe.asp?id=437335>. Acesso em: 02 ago. 2009.

mais de 36 mil itens, aí incluídos sistemas complexos, o que mostra o aquecimento do setor (COSCARELLI, 2009).

Dentro desse cenário econômico-produtivo, é importante que propostas como: as alterações da legislação, que buscam garantir a alocação continuada de recursos financeiros específicos ao desenvolvimento e a conclusão de projetos de defesa nacional; o estabelecimento de um regime jurídico e econômico especial para compra de produtos de defesa junto às empresas nacionais; e a alteração da tributação incidente sobre a IBMD, por meio de um regime jurídico especial, que viabilize e desonere o investimento da iniciativa privada na fabricação de MEM para as FFAA – todas constantes na END –, sejam efetivamente aprovadas pelo Poder Legislativo e Executivo, a fim de contribuir para o crescimento da IBMD e para o reaparelhamento das FFAA (BRASIL, 2008b).

Desse modo, vê-se que, com o advento da Estratégia Nacional de Defesa, o reaparelhamento da Marinha assume “novo rumo”, agora dimensionado por uma diretriz de nível político, o que lhe dará maior respaldo para sua consecução, pois esse documento dirigente aponta a forma como a reorganização da Força deve ser conduzida, define o privilégio que as aquisições devem ter em relação à Indústria de Defesa Nacional e que medidas os diversos setores do governo devem ter, para estimular e capacitar não só essa Indústria como também a aproximação dela aos diversos órgãos de pesquisa, desenvolvimento e inovação (P, D& I). A END também apresenta a necessidade de se proverem recursos orçamentários em valores adequados à manutenção, à modernização e ao redimensionamento das FFAA, e que esses sejam regulares ao longo dos anos, além de não contingenciáveis. De forma pensada, esse documento aponta ações de nível político a serem tomadas para assegurar esses recursos.

Em suma, a concretização das propostas, medidas e diretrizes da END favorecerá, de forma decisiva e mútua, a Indústria de Defesa e as Forças Armadas, conseqüentemente, proporcionando ao Estado Brasileiro meios militares condizentes com suas aspirações.

5 CONCLUSÃO

A Estratégia Nacional de Defesa, aprovada em 18 de dezembro de 2008, por meio do Decreto nº 6.703, tornou ostensivas as “questões políticas e institucionais” relevantes à defesa do Brasil, apresentando “os objetivos da sua grande estratégia” e os meios para tornar a Nação participante dessa empreitada. Organizada em três eixos estruturantes, dois deles basilares para o estudo realizado (o primeiro e o segundo): a reorganização e reorientação das Forças Armadas, e a reorganização da indústria nacional de material de defesa.

Atuante no Brasil há mais de 200 anos, quando da criação da Fábrica Real de Pólvora da Lagoa Rodrigo de Freitas, em 13 de maio de 1808, a indústria de defesa nacional vem alternando momentos de prosperidade com outros de grandes dificuldades, e com imenso esforço procura manter viva a capacidade de produzir material bélico para as nossas FFAA. Esse esforço, quando incentivado, proporcionou produção de MEM de qualidade, capaz de bem equipar as Forças Armadas brasileiras. Foi o que aconteceu nas décadas de 1970 e 1980, quando a IBMD fez do Brasil o nono país exportador de armas para o Terceiro Mundo.

Os altos custos de produção, juntamente com a gradativa redução dos orçamentos militares no Brasil, fizeram, partir da década de 1990, as FFAA recorrerem à aquisição de equipamentos no exterior ao invés de preferir comprar no país. Essa fuga de clientes influenciou o declínio da IBMD a partir daquela época.

Um pouco mais adiantada do que a indústria de material bélico, a indústria naval encontra-se, hoje, bastante aquecida e se reerguendo da mesma crise que assolou o setor de defesa. Alavancado, principalmente, pelas encomendas do PROMEF da Petrobras, o setor naval capacita-se para atender a demanda decorrente do aumento da produção de petróleo. Em contrapartida, a vertente militar da indústria naval encontra-se restrita a poucos estaleiros privados – que constroem navios de pequeno porte – e ao AMRJ. Esse último, em que pese as restrições orçamentárias pelas quais vem passando a Marinha, procurou manter a capacitação de construção de navios e submarinos, adquirida com a fabricação das Fragatas Classe “Niterói”, das Corvetas Classe “Inhaúma” e dos submarinos Classe “Tupi”, construindo, mais recentemente, a Corveta “Barroso” – evolução da Classe “Inhaúma” – e o submarino “Tikuna”.

Preocupado em devolver a IBMD ao lugar de destaque ocupado no passado, o MD identificou as necessidades para o desenvolvimento da indústria de defesa, que serviram de base para a formulação das medidas de incentivo à Indústria constantes da END, dentre as quais destacam-se: a criação de um regime jurídico e econômico especial para as compras de

produtos de defesa; a modificação da legislação referente à tributação sobre os MEM; e a ampliação das compras nacionais.

A END apresenta-se com o propósito de estabelecer o direcionamento do Estado brasileiro com relação à defesa do país. Nesse sentido, estabelece diretrizes para a reorganização das Forças Armadas. Em especial para a MB, vários objetivos devem ser buscados, dentre os quais, citam-se: a negação do uso do mar, o controle de áreas marítimas e a projeção de poder; a resposta adequada a qualquer ameaça às vias marítimas de comércio; e a capacitação para participar de operações internacionais de paz no exterior. Vislumbra também medidas de incentivo ao setor nuclear, considerado estratégico e por isso transcendente à Força, devendo essa continuar o desenvolvimento, a nacionalização e o aumento de escala do ciclo completo do combustível, objetivando à construção do submarino de propulsão nuclear.

A crise econômica mundial, deflagrada em setembro de 2008, interrompeu a tendência de incremento dos recursos orçamentários, destinados ao reaparelhamento das FFAA, devido às medidas econômicas de controle adotadas pelo governo. A MB esperava, em 2009, recursos para o reaparelhamento de cerca de R\$ 544 milhões (18% maior que 2008), teve esses reduzidos para R\$ 355 milhões. Entretanto, nove meses após o início da crise, o Brasil dá sinais de recuperação, apesar da diminuição da arrecadação pública. Como essa é fruto das medidas econômicas governamentais que gerarão crescimento econômico em futuro próximo, estima-se que, juntamente com isso, a arrecadação volte a crescer e, conseqüentemente, avolume-se os orçamentos públicos, influenciando, favoravelmente, as perspectivas para o reaparelhamento da Marinha, já redefinido pelas orientações da END.

Na busca por ampliar os recursos para o reaparelhamento, vem-se procurando descontingenciar os *royalties* do petróleo destinados à MB. Ressalta-se que, apesar da crise, os investimentos em E&P foram sustentados e o descontingenciamento dos *royalties* figura como importante fonte de recursos, nesse contexto, para sustentar os investimentos da MB.

O reaparelhamento da Marinha, dimensionado no PEAMB e orientado a utilizar a indústria de defesa nacional para sua consecução, dependerá para ser concretizado, primordialmente, da implementação dos incentivos à indústria, constantes da END, e de recursos mais vultosos dos que os hoje alocados. Com a perspectiva de crescimento econômico, do incremento da indústria de defesa, e com um Plano de Equipamento e Articulação aprovado em nível político, espera-se que o redimensionamento e a modernização da Marinha do Brasil se tornem uma realidade digna dessa reconhecida instituição bisecular e das dimensões continentais do Brasil.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO. *Dúvidas Frequentes. O que são royalties?* Brasília, 200?. Disponível em: <http://www.anp.gov.br/falecomanp/duvidas_perguntas.asp?cod=17&nom=Royalties>. Acesso em: 26 ago. 2009.

AMARANTE, José Carlos Albano do. Indústria Brasileira de Defesa: Uma Questão de Soberania e de Autodeterminação. *As Forças Armadas e o desenvolvimento científico e tecnológico do País*. Brasília, 2004. Ministério da Defesa. p. 23-43. Disponível em: <<https://www.defesa.gov.br/colecao/cientecnol.pdf>>. Acesso em: 27 jun. 2009.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Taxa SELIC – Descrição*. Brasília, DF, 200?. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?SELICDESCRICA0>>. Acesso em: 11 ago. 2009.

_____. *Histórico das taxas de juros*. Brasília, DF, 2009. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?COPOMJUROS>>. Acesso em: 11 ago. 2009

BRASIL. Lei n. 7.990, de 28 de dezembro de 1989. Institui, para os Estados, Distrito Federal e Municípios, compensação financeira pelo resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica, de recursos minerais em seus respectivos territórios, plataformas continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Poder Executivo, Brasília, DF, 29 dez. 1989. Seção 1, p. 24782. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=133587>>. Acesso em: 02 ago. 2009.

_____. Lei n. 9.478, de 06 de agosto de 1997. Dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Poder Executivo, Brasília, DF, 07 ago. 1997. Seção 1, p. 16925. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=146676>>. Acesso em: 02 ago. 2009.

_____. Lei n. 11.768, de 14 de agosto de 2008. Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2009 e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Poder Executivo, Brasília, DF, 15 ago. 2008a - Edição Extra. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/Lei/L11768.htm>. Acesso em: 02 ago. 2009.

_____. Decreto n. 6.703 de 18 de dezembro de 2008. Estabelece a Estratégia Nacional de Defesa e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Poder Executivo, Brasília, DF, 19 dez. 2008b. Seção 1, p. 4-14. Disponível em: <https://www.defesa.gov.br/eventos_temporarios/2009/estrategia/arquivos/estrategia_defesa_nacional_portugues.pdf>. Aceso em 04 abr. 2009.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Módulo Tramitação de Proposições. Consulta Tramitação das Proposições. Proposição SLD-11/2009 CREDN*. Brasília, DF, 2009. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/sileg/Prop_Detalhe.asp?id=437335>. Acesso em: 02 ago. 2009.

CÂNDIDO, Jairo. Indústria Brasileira de Defesa: Uma Questão de Soberania e de Autodeterminação. *As Forças Armadas e o desenvolvimento científico e tecnológico do País*.

Brasília, 2004. Ministério da Defesa. p. 57-79. Disponível em: <<https://www.defesa.gov.br/colecao/cientecno1.pdf>>. Acesso em: 27 jun. 2009.

COSCARELLI, Crislaine. Projeto do Submarino nuclear já atrai 30 empresas do país. *Diário Comércio, Indústria & Serviços*. São Paulo, 21 mar. 2009. Caderno Indústria, p. A10.

DAGNINO, Renato Peixoto e CAMPOS FILHO, Luiz Alberto Nascimento. Análise sobre a Viabilidade de Revitalização da Indústria de Defesa Brasileira. *Brazilian Business Review*. Vol. 4, N. 3. Vitória, set./dez. 2007. p. 191-207. Disponível em: <http://www.bbronline.com.br/upld/trabalhos/pdf/140_pt.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2009.

DELLAGNEZZE, René. *200 Anos da Indústria de Defesa no Brasil*. Taubaté-SP: Cabral Editora e Livraria Universitária, 2008. 112p.

ECONOMIA BR. *A Economia Brasileira - Indicadores Econômicos - Produção Industrial - Indústria Naval*. Brasil, 01 fev. 2008. Disponível em: <http://www.economiabr.defesabr.com/Ind/Ind_producao.htm>. Acesso em: 07 jul. 2009.

ESTALEIRO ATLÂNTICO SUL. Quem Somos - Apresentação. Brasil, 2008. Disponível em: <<http://www.estaleiroatlanticosul.com.br/eas/pt/quemsomos/apresentacao/index.html>>. Acesso em: 07 jul. 2009.

FERRAZ, João Carlos e SOUSA, Filipe Lage de. Uma Oportunidade Única: Petróleo e Gás e Desenvolvimento Industrial e Tecnológico. In: FÓRUM NACIONAL DO INSTITUTO NACIONAL DE ALTOS ESTUDOS – INAE, 21, 2009, Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.forumnacional.org.br/pub/ep/EP0296.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2009.

GAMBÔA, Carlos Afonso Pierantoni. A Base Industrial de Defesa sob a ótica das Empresas. In: Palestra realizada na Escola de Guerra Naval para o Curso de Estratégia e Políticas Marítimas. Rio de Janeiro, 03 jun. 2009.

HOLLANDA, Eduardo. Os rumos da Marinha, segundo Moura Neto. *Revista Brasileiros*. Ed. 14 – Set./2008. Disponível em: <<http://www.revistabrasileiros.com.br/edicoes/14/textos/285/>>. Acesso em: 01 ago. 2009.

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Carta de Conjuntura – junho de 2009*. Brasília – DF, jul. 2009. Cap. 6, Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/cartaconjuntura/carta07/Carta_junho2009.pdf>. Acesso em 12 ago. 2009.

KOMATSU Alberto, PAMPLONA Nicola. Petróleo reanima a indústria naval.. *Estadão on line*. São Paulo, 23 maio 2009. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20090524/not_imp375928,0.php>. Acesso em: 11 jul. 2009.

LAAD - Latin America Aero and Defence. *LAAD-2009: A Maior e a Melhor*. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <<http://www.laadexpo.com/2009/index.php>>. Acesso em: 07 jul. 2009.

_____. *LAAD-2009 - Relatório Pós-Evento*. Rio de Janeiro, 2009a. Disponível em: <http://www.laadexpo.com/postshowreport2009_pt.pdf>. Acesso em: 07 jul. 2009.

LANGE, Valério Luiz. *A Indústria de Defesa no Brasil*. 2007. 30 f. Tese (Doutorado em

Ciências Militares) - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <http://www.eceme.ensino.eb.br/portalicee/arquivos/Ind_Defesa_Brasil_paperII_ECEME08.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2009.

MARINHA DO BRASIL. *O Programa de Reparcelamento da Marinha*. Centro de Comunicação Social da Marinha. Brasília, 2007. Disponível em: <www.mar.mil.br/menu_v/ccsm/imprensa/reparcelamento_mb.htm>. Acesso em: 10 abr. 2009.

MINISTÉRIO DA DEFESA. *Portaria Normativa nº 764/MD de 27 de dezembro de 2002. Aprova a Política e as Diretrizes de Compensação Comercial, Industrial e Tecnológica do Ministério da Defesa*. Brasília, DF, 2002. Disponível em: <https://www.defesa.gov.br/bdlegis/dados_norma.php?numero=764&ano=2002&serie=A>. Acesso em: 02 jul. 2009.

MINISTÉRIO DA DEFESA. Indústria de Defesa. *Base industrial de defesa*. Brasília, DF, 200?. Disponível em: <https://www.defesa.gov.br/industria_defesa/index.php>. Acesso em: 27 jun. 2009.

MEIRELLES, Henrique de Campos. *Apresentação para a Reunião Ministerial*. Banco Central do Brasil. Brasília, 23 jul. 2009. Disponível em: <<http://www4.bcb.gov.br/pec/appron/Apres/ApresReuniaoMinisterial13072009.pdf>>. Acesso em: 01 ago. 2009.

PENNA, Edison Mendes de Oliveira. Rio de Janeiro, Programa de Reparcelamento da Marinha (PRM), 22 jul. 2009. Entrevista concedida ao Autor.

PEREIRA, Maurício Broinizi. *Nacional: Armar é... - Tiro pela culatra*. Revista Teoria e Debate, n. 14 – abr/maio/jun de 1991. Artigo publicado no Portal da Fundação Perseu Abramo. Disponível em: <<http://www2.fpa.org.br/portal/modules/news/article.php?storyid=3694>>. Acesso em: 02 jul. 2009.

PESCE, Eduardo Ítalo. Perspectivas para a Marinha do Brasil. *Monitor Mercantil Digital*. Brasil, 21 maio 2009. Disponível em: <<http://www.monitormercantil.com.br/mostranoticia.php?id=61806>>. Acesso em: 28 jun. 2009.

PESCE, Eduardo Ítalo; SILVA, Iberê Mariano da. Perspectivas para a defesa em 2009. *Monitor Mercantil Digital*. Brasil, 12 fev. 2009. Disponível em: <<http://www.monitormercantil.com.br/mostranoticia.php?id=57635>>. Acesso em: 07 abr. 2009.

RITTNER, Daniel. Crise e aperto fiscal afetam modernização das Forças Armadas. *Site Defesa Brasil*. Brasil, 27 jul. 2009. Disponível em: <<http://defesabrasil.com/site/noticias/defesa/crise-e-aperto-fiscal-afetam-modernizacao-das-forcas-armadas.php>>. Acesso em: 01 ago. 2009.

SILVA, Ozires. A Indústria de Defesa. *As Forças Armadas e o desenvolvimento científico e tecnológico do País*. Brasília, 2004. Ministério da Defesa. p. 45-56. Disponível em: <<https://www.defesa.gov.br/colecao/cientecnol.pdf>>. Acesso em: 27 jun. 2009.

VILAS BOAS, Giancarlo Fonseca. Rio de Janeiro, Programa de Reparcelamento da Marinha (PRM), 22 jul. 2009. Entrevista concedida ao Autor.

APÊNDICE A – ENTREVISTAS COM OFICIAIS DO PRM

Relata-se a seguir as entrevistas realizadas pelo Autor, em 22 de julho de 2009, com oficiais que exercem funções de Assessoria no Programa de Reaparelhamento da Marinha.

Perguntas formuladas ao CF GIANCARLLO FONSECA VILAS BOAS **Gerente de Navios Distritais**

1) O que a MB espera quanto às futuras encomendas em estaleiros nacionais de novos meios, visto que a Indústria Naval está aquecida com as encomendas do setor civil, principalmente da Petrobras?

Resposta: Apesar da indústria naval brasileira está aquecida com a demanda necessária a expansão do setor petrolífero, as novas encomendas da Marinha têm sido atendidas pelos estaleiros nacionais. Deve-se lembrar que algumas desses investimentos de expansão da indústria naval estão sendo feitos com os financiamentos advindos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal. Atualmente a Marinha encontra-se com contratos assinados com o Estaleiro INACE para a construção de dois Navios-Patrolha de 500 ton. Classe “Macaé” (baseada na Classe “Vigilante” francês) e mais quatro Avisos de Patrulha. Lembra-se que o projeto do NPa de 500 ton. foi comprada pela Marinha ao estaleiro Constructions Mécaniques de Normandie (CMN) francês e será utilizado na construção dos demais navios que serão licitados. Esta licitação, realizada no país, para construção de mais quatro NPa, encontra-se em fase final e deve ser homologada ainda este mês. Uma outra licitação será realizada, também no Brasil, em seqüência para construção de outros seis NPa (totalizando 12 Navios).

A Marinha ainda licitará a construção de 01 Navio Hidrográfico Fluvial e 4 Avisos Hidrográficos fluviais (todos para operarem em Manaus e Belém).

Outro projeto será o do Navio-Patrolha de 200 ton., que será projetado pelo Centro de Projetos de Navios e Construído pelo Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro (AMRJ) para ser empregado tanto em rio quanto no mar e que substituirão os NPa Classe “Piratini”, que estão operando em Ladário (MS) e Belém (PA).

Na minha opinião , acredito que a capacidade que a indústria naval está desenvolvendo, fruto desse reaquecimento do setor, via possibilitar o atendimento da demanda prevista pela Marinha.

2) Como serão feitos os contratos de aquisição de meios que ainda não têm o projeto definido, como por exemplo, os NPa de 1800 ton. e os Escoltas, principalmente no que tange à participação de Empresas estrangeiras, uma vez que o índice de nacionalização e de transferência de tecnologia tem que ser atendida?

Resposta: A respeito das aquisições dos NPa de 1800 ton. e dos Escoltas, como ainda não se tem um projeto definido, dificilmente serão ganhos por estaleiros nacionais isolados (sem parceria com um estaleiro nacional), visto que terão como requisitos que: deverá se um projeto consagrado, com transferência de tecnologia e que empresas estrangeiras deverão se associar a estaleiros nacionais para que a construção seja realizada no Brasil. Para esta modalidade de concorrência a Marinha se utilizará do mesmo processo que a FAB está utilizando para escolha do seu futuro caça, o projeto FX-2. Este processo permite que as empresas apresentem seus projetos e a Força, por meio de tabelas de critérios, com pesos e valores pré-fixados avalie qual o melhor equipamento proposto, sendo a contratação seja feita por dispensa de licitação por se tratar de equipamento militar (como prevê a lei de licitações).

Perguntas formuladas ao CF (EN) Edison Mendes de Oliveira Penna
Assessor de Telecomunicações da Diretoria-Geral do Material da Marinha.

1) Em que estágio está o processo de autorização do PEAMB?

O Plano de Equipamento e Articulação da Marinha do Brasil (PEAMB), já foi aprovado no âmbito da interno, pelo Comandante da Marinha e apresentado, em conjunto com o Exército e Força Aérea (que apresentaram seus plano semelhantes), ao Ministro da Defesa. No momento os três planos passam por análise e consolidação no Ministério da Defesa para, após aprovação do Ministro, seguir para a Casa Civil.

2)Qual a importância dele para a garantia de um processo continuado de recursos para o reaparelhamento da MB?

Como o PEAMB é fruto das orientações contidas na Estratégia Nacional de Defesa(END), ele será um documento, , respaldado em registros históricos, aprovado no nível político, que orientará as ações de longo prazo e as ações futuras de reformulação das três Forças Armadas.

3) Qual a diferença, em termos políticos e financeiros, entre o PEAMB e o PRM?

O PRM é um “plano” meramente de aquisição/renovação de meios, ou seja, abrange somente material, e que norteia todo reaparelhamento. Ele é aprovado pelo Comandante da Marinha, mas não tem a anuência da poder político.

Já o PEAMB é um “plano”, que, em conjunto do o similar das outras duas forças singulares, formará o Plano de Equipamentos e Articulação das Forças Armadas Brasileiras, e que definirá as necessidades de cada uma para as suas reformulações de modo a tender as diretrizes da END capacitando-as a atual da maneira prevista em todo território nacional. É um plano mais amplo, e como dito, aprovado a nível político, e que abrangem não só a aquisição de meios navais, como aeronavais (aí incluídos também os veículos aéreos não tripulados – VANT), de fuzileiros navais, armamento (armas e munições), além de bases e outras organizações militares.

4) O Programa de transferência de tecnologia da França para construção do Submarino Nuclear, está incluído no PEAMB ou é um projeto a parte?

A necessidade de submarinos nucleares é explicitada no PEAMB, mas o Programa de transferência de tecnologia e construção de tecnologia que capacitará o Brasil a construir o submarino nuclear. É um acordo internacional firmado entre o Brasil e a França e se comporá de diversos contratos assinados entre governo e empresas privadas nacionais e francesas.